

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: _____

92

Data: 2 de Novembro de 1984

Pg.: _____

190 A identidade cultural e o brasileiro (2)

JOSE HONÓRIO RODRIGUES

O diretor geral da Unesco condenou a uniformização com que o imperialismo ameaça a variedade nacional e disse que a lógica da homogeneização, levada ao extremo, provoca uma explosiva afirmação de especificidades.

"A disposição", escreve Amadou-Mahtar M'Bow, presidente da Unesco, "de afirmar e de defender a identidade cultural parece ser agora uma das grandes forças motrizes da história. Longe de representar a retirada para um passado fechado e imutável, a nova atitude busca uma síntese viva, original e em constante renovação. A condição sine qua non do progresso das pessoas, grupos e nações é o sentido da identidade cultural; ele é a força que anima e orienta a vontade, a força que mobiliza recursos internos e faz da mudança necessária uma adaptação criadora. Hoje se reconhece que o conceito de identidade cultural é a base do desenvolvimento, mas só recentemente isso foi aceito em sua plenitude pela comunidade internacional. (...) É preciso também não esquecer a tradição que, no entanto, deve ser vista necessariamente como obstáculo à modernização. Somente quando o símbolo da vida perde o sentido é que a tradição pode tornar-se negativa, mera introspecção imobilista." ("Cultura e Desenvolvimento. A dimensão humana", O Correio da Unesco, setembro 1982, pp. 4-6.)

E o romancista, ensaísta e dramaturgo Ngugi Wa Thiong, de Quênia, escrevendo sobre "Identidade Nacional e Dominação Estrangeira" (O Correio da Unesco, setembro 1982, pp. 19-22) chamou atenção de "que no Terceiro Mundo a contradição fundamental é a que existe entre a identidade nacional e a dominação imperialista; mas o que é verdadeiramente moderno são as culturas que surgem da luta por uma libertação total, culturas enraizadas nas tradições patrióticas e heróicas do povo (...) Nenhum país pode considerar-se livre enquanto sua economia e sua cultura forem dominadas por estrangeiros".

Assim também o paraguaio Augusto Roa Bastos, que ensina literatura latino-americana em Toulouse e ganhou notoriedade internacional com seu livro Filho do Homem, escreveu que "o providencial conceito de identidade deixa de ser uma abstração idealista e ideológica para expressar corretamente, não as invariáveis de uma realidade imobilizada e dobrada sobre si mesma, mas sim a coerência desse conjunto de relações em transformação incessante. Identidade é, assim, unidade-em-continuidade de um complexo caracterológico que reconhece o seu ser no seu fazer, os traços de sua personalidade física e espiritual nos seus projetos, sucessos e fracassos. (...) Isto é, negando-se à aceitação passiva e atônita das culturas dominadas". ("Os Poderes Culturais contra a Cultura Nacional", ob. cit., pp. 22-27. Veja também El Correo Unesco, "En busca de una identidad cultural", fevereiro 1976.)

Na própria Conferência governamental sur les politiques culturelles en Amérique Latine et dans le Caraïbe, reunida em Bogotá de 10 a 20 de janeiro de 1982, no relatório final só se fizeram recomendações sobre a identidade cultural, considerando a conferência, entre outros itens os que interessavam a esta matéria, dando-lhe destaque especial. Aí se concluiu que a cultura é o instrumento mais apto para salvaguardar o patrimônio essencial pelo qual se definem a identidade e a independência nos planos nacional, intelectual, moral e artístico e o dos usos, costumes e hábitos. Considerando que este patrimônio e esta identidade são fenômenos vivos aos quais a presença quotidiana das culturas indígenas (e negras, e mesmos os grupos étnicos recentes no Brasil) trazem uma contribuição fundamental para o desenvolvimento verdadeiramente harmonioso das sociedades da região, e considerando que a salvaguarda do patrimônio e a reafirmação da identidade cultural no seio dos diversos grupos regionais são as condições essenciais da integração e das trocas culturais completas e autênticas, recomendam (destaco apenas uma) reconhecer que o desenvol-

vimento cultural constitui uma das obrigações, das mais importantes dos Estados, ligadas à salvaguarda da independência e sua identidade. E, ainda, na segunda recomendação se considera que o tema da identidade cultural deve ser tratado conforme os princípios fundamentais que inspiram as tradições e o desenvolvimento cultural de cada um dos países da América Latina e das Caraïbas.

No relatório final da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, realizado no México de julho a agosto de 1982, o Brasil, felizmente, não como em Bogotá, estava representado por delegados do Ministério da Educação e Cultura e não somente por diplomatas, executores e não formuladores de política, qualquer que seja, e sobretudo por Marcos Vinícios Villaza, chefe adjunto da delegação, e aí se defendeu a preservação e promoção da identidade cultural, recomendando aos Estados membros respeitar e agir para preservar a identidade cultural de todos os países, regiões e povos, e opor-se a toda a discriminação em face da identidade cultural de outros países, regiões e povos, e promover o desenvolvimento da identidade cultural por todos os meios apropriados; de proteger o patrimônio cultural nacional que caracteriza a identidade nacional e cultural, analisando o conteúdo de seu patrimônio e de reconhecer que a cultura é criada pelo povo, que a via popular é a fonte de toda criação cultural e que a cultura deve constantemente ser nutrida pela via animada e significativa do povo, para realizar progressos contínuos e para renovar a bela tradição das culturas nacionais que são fundadas sobre o rico patrimônio cultural herdado do passado. Daí a luta incessante entre a cultura dominante e popular sobre a qual escrevi um ensaio ainda inédito — "Cultura dominante e popular".

JOSE HONÓRIO RODRIGUES é historiador, membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e autor do livro "Independência: Revolução e Contra-revolução".